

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA EXECUTIVA DO CODEFAT

ASSUNTO: 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE APOIO DO CODEFAT

DIA : 26.08.94

HORA : 10 HORAS

LOCAL : SALA DE REUNIÕES – 4º ANDAR – BLOCO F

Dr. Marotta informou a mudança de local da reunião, para que fosse feita inauguração da Sala de Reuniões da SPES.

ITEM 1 Foi aprovada a Memória da 41ª Reunião Ordinária do GAP e entregue a Memória da 42ª Reunião Ordinária.

ITEM 2 Discussão final sobre o Programa de Geração de Emprego e Renda apresentado pela SPES na reunião do GAP no dia 11/08;

O Secretário-Executivo do CODEFAT, Dr. Vicente Marotta agradeceu as contribuições enviadas pela Força Sindical, CNI, CUT bem como a do BNDES anteriormente enviada. Em seguida pediu que a Assessora Beatrice Gontijo fizesse comentários sobre as propostas. Feito uma Sinopse sobre cada proposta, houve ampla discussão sobre o papel das Comissões a qual segundo Dr. Vicente Marotta, não deverá ter poder de pressionar o Banco para financiar o Projeto bem como também impedir a aprovação de financiamento pelo Banco. Em seguida o representante do Banco do Brasil Sr. João Batista Nogueira pediu para que a Sra. Catarina, técnica do Banco do Brasil, fizesse uso da palavra. Disse ela da importância das Comissões como um marco para sair do tradicionalismo do Sistema de empréstimo e que as mesmas deveriam ter papel de definir prioridades, de ação fiscalizadora e de acompanhamento aos projetos, avançando na participação da Comunidade. Em seguida o Sr. Marcos Antonio Barroso Severiano do BNB fazendo uso da palavra disse do envio de Relatório ao Sr. Secretário de Políticas de Emprego e Salário que trata sobre a posição institucional do BNB em relação à experiência dos Comitês. O documento sobre o PROGER foi apreciado com alterações feitas na reunião, para apresentação na próxima reunião do FONSET que realizar-se-á em Fortaleza de 31/08 a 02/09/94, pois para o Programa ser bem sucedido

precisa contar com a parceria dos Secretários de Estado do Trabalho. Em seguida deverá ser feita reunião com as instituições financeiras para acertos, respeitando as individualidades de cada uma, com vistas a buscar forma de flexibilizar as garantias criando um fundo de seguro a exemplo de outras instituições financeiras.

ITEM 3 Discussão final do Escopo do Regimento Interno das Comissões entregue na reunião do GAP no dia 11/08;

Foram feitas algumas alterações às quais serão inseridas ao documento. Em seguida Dra. Elizabeth Contreiras disse da necessidade de alterar a Resolução nº 63 que trata da Comissão de Emprego em função de alterações na abrangência no papel das Comissões. Em seguida o representante do BNDES Sr. José Fiorêncio perguntou sobre o cronograma a ser cumprido para aprovação do documento em pauta ao que Dr. Marotta informou que o mesmo será apresentado na reunião do FONSET que realizar-se-á do dia 31/08 a 02/09/94. Incorporada às sugestões será dado conhecimento ao GAP e até a 2ª semana de setembro será negociado com as instituições financeiras e finalmente apresentado ao CODEFAT para deliberação, com todos os programas constantes.

ITEM 4 Discussão da Proposta de Modelo de Gestão de Políticas Públicas a nível de poder local EBAP/FGV;

Antes de iniciar a discussão do item propriamente dito o Secretário-Executivo do CODEFAT, Dr. Vicente Marotta solicitou ao representante do BNDES no GAP, Sr. José Fiorêncio para que fosse feito estudo com vistas a criar uma linha de crédito especial para média empresa por ser um setor significativo de geração de emprego e renda. Disse o representante do BNDES da importância de uma reunião com a SPES para que o Banco exponha seus programas diferenciados bem como a forma com vem trabalhando. Iniciando a discussão do item 4 o Secretário-Executivo do CODEFAT fez apresentação da representante do CONSEA, Sra. Ana Lúcia Lobato, e o Dr. Fernando G. Tenório representante da FGV apresentou a proposta. Foi sugerido um estudo mais consistente pela Assessoria Jurídica e solicitado abertura dos custos relativo a proposta da FGV. A seguir o representante do MPS Sr. Alexandre Morado solicitou urgência na solução do convênio RAIS pois segundo o SERPRO se o contrato não for assinado até fim de agosto, o processamento da RAIS não poderá ser viabilizado causando problemas quanto ao pagamento do Abono Salarial. O Secretário-Executivo do CODEFAT para tratar de assuntos relativo a Presidência do CODEFAT.

ITEM 5 Outros assuntos:

– Liberação da 2ª parcela do SINE.

Dando início ao item a Dra. Elizabeth colocou a necessidade de deliberação sobre a 2ª parcela no sentido de suprir o batimento que deveria ser feito dos dados do SINE com os contidos na Lei 4923/65, uma vez que este já se demonstrou inviável a curto prazo, e que seu resultado concreto foi de 10%. A Dra. Elizabeth, assessora jurídica da SPES, solicitou ao Sr. João Pedro que representasse uma explicação mais técnica a respeito do assunto e em seguida, o documento concebido para resolver a questão. O Sr. João Pedro de Moura, Coordenador Nacional do SINE, colocou que a retomada desse assunto, decorreu da falta de clareza sobre o que foi decidido em relação a liberação da 2ª parcela referente à intermediação de mão-de-obra. Na leitura da transcrição da 40ª Reunião do GAP do dia 27/07/94 foram confundidas as questões relativas a comprovação de resultados e da liberação de recursos referentes ao delta. Com relação a comprovação dos resultados a proposta aprovada nesta reunião é de que além do batimento com os dados da Lei 4923/65, que precisa ser aprimorada, seja solicitado uma declaração, assinada pelo Secretário de Estado, responsável pelo convênio. Através da qual ele assume o compromisso de que os resultados da colocação foram efetivados. Este documento será enviado aos Secretários, através de ofício cujo teor deverá ser submetido ao CODEFAT. Quanto a liberação de recursos referentes ao delta para aqueles estados que não atingiram as metas programadas, ficou definido que o Secretário de Estado poderá submeter à apreciação do CODEFAT uma solicitação formal da excepcionalidade. Isso não poderá ser feito pelas Comissões Estaduais de Emprego, uma vez que estas ainda não foram reconhecidas pelo CODEFAT, como estabelece a Resolução nº 63/94 e o reconhecimento demandaria tempo, atrasando ou mesmo inviabilizando o repasse desses recursos. Ficou decidido que esta excepcionalidade não deverá ocorrer em 1995, quando apenas assinarão convênios aqueles estados que já tiverem suas comissões instituídas e devidamente reconhecidas pelo CODEFAT.

– Projeto SINDUSCON.

O representante da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional Sr. Célio Silva da Coordenação de Qualificação Profissional descreveu o Projeto do Sindicato da Construção Civil do rio de Janeiro – cuja proposta metodológica visa desenvolver conteúdos diferenciados de acordo com a escolaridade do treinando incluindo noções

de direito e de higiene e segurança do trabalhador. Disse ainda que a experiência deverá realizar-se nos Estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo e para tal necessidade que o CODEFAT autorize o uso dos recursos para custear o programa que terá duração de 240 horas. Ficou de ser enviado para conhecimento, a proposta metodológica dos Srs. representantes no GAP. Pelo representante da CUT, Sr. Ivan Guimarães foi dito que compete ao SINE Estadual decidir se deve ou não trabalhar no Projeto por se tratar de uma decisão do poder local. Pelo representante da Força Sindical Sr. Willy Fischer foi manifestada a preocupação do CODEFAT trabalhar com projetos de qualificação quando existe instituições para tal fim. Em seguida o representante da CUT, Sr. Ivan Guimarães solicitou à Secretária-Executiva do CODEFAT um relatório de todas as licitações e contratos que já foram aprovados pelo CODEFAT, se foram assinados, e se não qual a previsão. Em seguida, o representante da Força Sindical, Sr. Willy Fischer solicitou também a fatura dos últimos meses dos contratos da DATAMEC.

Após lida e aprovada, esta Memória será assinada pelo Coordenador e demais membros presentes do Grupo de Apoio do CODEFAT.

VICENTE LUIZ BARBOSA MAROTTA
Coordenador

RODOLFO PERES TORELLY
Titular/MTb

ALEXANDRE MORADO NASCIMENTO
Titular/MPS

JOSÉ ROBERTO L. F. FIORENCIO
Titular/BNDES

WILLY FISCHER
Titular/Força Sindical

IVAN GONÇALVES R. GUIMARÃES
Titular/CUT

CARLOS MANUEL DE A. P. DA SILVA
Suplente/CNI

LUIZ CARLOS VIANA DE VASCONCELOS
Titular/CNC
